ECONOMIA SOCIAL: POSSIBILIDADES EMANCIPATÓRIAS*

Isabella Alves Lamas**

1.Introdução

Nous ne savons pas où notre voyage nous conduit ni même où il devrait nous conduire (Hobsbawm, 2008)§§§§§§§§.

Passados mais de 20 anos desde o término da guerra fria, ficou claro que 'o fim da história' professado por Francis Fukuyama********* não se provou verídico. A defesa da vitória definitiva do modelo capitalista liberal e, portanto, do fim de lutas ideológicas que levariam a grandes conflitos internacionais mostrou-se infundada no que diz respeito a diversos aspectos. Um deles, talvez o mais evidentemente notado pela opinião pública em geral, é a permanência de conflitos de larga-escala e impacto na política mundial, resultados, muitas vezes, da não aceitação por muitos da proclamada vitória acima referida. Outro aspecto, este especialmente relevante para a presente discussão, é justamente o questionamento desta vitória definitiva do modelo capitalista liberal. Vitória de quem? Sob que aspectos? Ela é mesmo definitiva? Não há alternativas possíveis? Estas indagações são fundamentais, uma vez que o momento mundial atual de crise generalizada é extremamente delicado e escancara as falhas deste modelo que temos amplamente seguido.

Atualmente, é muito comum a associação entre desenvolvimento social e crescimento econômico. Este último, por sua vez, sempre atrelado ao desenvolvimento do setor capitalista lucrativo. Por esse motivo, são desconsideras ou subestimadas iniciativas que, muitas vezes, não resultam necessariamente em crescimento medido estritamente por meio de transações econômicas (por exemplo, o produto interno bruto)††††††††, mas trazem para os

§§§§§§§§ Draperi, 2011: 01.

********* Ver Francis Fukuyama, "The End of History?", The National Interest (Summer 1989, p. 3-18).

†††††††† A esse respeito, Boa Ventura de Sousa Santos e César Rodrígues expõem as seguintes conclusões de Mander e Goldsmith (1996) com base no trabalho de Halsteas e Cobb (1996): "o PIB e o PNB são inadequados porque, de acordo com estas medidas , 'atividades tão negativas como a destruição dos recursos naturais, a construção de mais prisões e o fabrico de bombas são medidas da solidez da

locais onde são implementadas um desenvolvimento não apenas social, como também cultural, educacional, ambientalmente sustentável, entre outros. Assim, ressalta-se a possibilidade emancipatória que iniciativas que fazem parte da economia social e solidária, como cooperativas locais e organizações sem fins lucrativos, têm para a sociedade.

No entanto, apesar desta potencialidade emancipatória, há um importante descompasso entre as práticas empíricas e a produção intelectual na área da economia social e solidária. O caso do Complexo Cooperativo de Mondragón contribui para a compreensão deste fenômeno pois além de trazer importantes aprendizagens para a área, demonstra que o descompasso citado acima pode ser possivelmente causado pela incorporação da perspectiva capitalista tanto nas práticas como nas pesquisas da área. Neste sentido, o complexo é ilustrativo uma vez que ao mesmo tempo em que é tido por inúmeros pesquisadores como uma experiência de grande sucesso, passou por processos de transformação importantes no que diz respeito aos princípios cooperativos.

Em período de crise mundial, algumas características positivas do setor da economia social e solidária são ainda mais notáveis para contribuir para que o impacto da crise na sociedade e, conseqüentemente na vida dos indivíduos, seja menor. Entre estas características estão a geração de empregos, a reciprocidade, a cooperação e a solidariedade. É evidente, como ressalta o atual presidente da CASES Eduardo Graça[‡‡‡‡‡‡‡‡‡], que as sociedades não podem continuar a pensar com o modelo econômico que vingou nos últimos 20 a 30 anos. Portanto, diferenças substanciais nos padrões atuais de vida, sobretudo na concepção da produção e do consumo, terão de ser introduzidas para que se possa traçar um caminho frutífero em direção à inclusão social e à superação da crise. As empresas recuperadas e autogestionárias argentinas e brasileiras são exemplos de iniciativas da economia social e solidária que podem contribuir positivamente para a construção deste caminho frutífero.

---

economia. Entretanto, atividades muito mais desejáveis como o trabalho doméstico não remunerado, o cuidar das crianças, a prestação de serviços à comunidade ou a produção de artigos para uso direto (...) não são de todo registadas pelas estatísticas'" (SANTOS; RODRIGUES: 2003: 42).

‡‡‡‡‡‡‡‡‡ Entrevista de Eduardo Graça (2012) na reportagem *Economia Social mais próxima, mais integrada, mais estável* da revista *O Meu Mundo*.

Dessa maneira, este ensaio irá simultaneamente abordar a economia social e solidária como uma alternativa possível aos modelos atuais de desenvolvimento capitalista e em particular as suas potencialidades no momento atual de crise sistêmica do capitalismo. Isso será feito através da exposição do projeto contemporâneo da economia social e solidária através de um modo dedutivo que se compõe através da exposição de uma crítica geral a economia e a sociedade contemporânea (DRAPERI, 2011: 03).

1.1. Uma breve definição conceitual: economia social e economia solidária

Esta revisão crítica de literatura, sobretudo das propostas teóricas de Boaventura de Sousa Santos (2003), Jean-François Draperi (2011), Jean-Louis Laville (2009), Jordi Garcia Jané (2009) e Paul Singer (2000; 2003; 2005), pretende expor o panorama da economia social como uma alternativa aos padrões atuais de globalização e desenvolvimento, aproximando-a, dessa forma, da economia solidária. Para tal, é importante desenvolver brevemente as definições de economia social e economia solidária.

A caracterização da economia social aqui adotada é a apresentada pelo teórico Jacques Defourny como o resultado da fusão/combinação de duas formas descritivas presentes no início do século XXI:

> "A primeira maneira consiste em identificar as principais formas jurídicas e institucionais da maioria das iniciativas atuais da economia social, cujos componentes são as empresas de tipo cooperativo, as sociedades de tipo mutualista, as organizações associativas e as fundações. (...) A segunda maneira de se caracterizar a economia social consiste em destacar os traços comuns das empresas e organizações que ela agrupa (...) elegendo quatro princípios maiores: a) finalidade de prestação de serviços aos membros ou à coletividade, sendo o lucro secundário; b) autonomia de gestão; c) controle democrático pelos membros; d) primazia das pessoas e do objeto social sobre o capital na distribuição dos excedentes" (DEFOURNY, 2009: 157/158).

Muito mais recente, o conceito de economia solidária vem sendo utilizado para fazer referência a atividades econômicas variadas, pautadas pelos princípios de cooperação, solidariedade e autogestão (CUNHA; DOS SANTOS, 2011: 14).

> A economia solidária é um conceito amplamente utilizado em vários continentes, com acepções variadas que giram ao redor da idéia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado. O termo foi cunhado na década de 1990, quando, por iniciativa de cidadãos, produtores e consumidores, despontaram inúmeras atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática. [...] Essas atividades apresentam em comum a primazia da solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material, o que se expressa mediante a socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários" (LAVILLE; GAIGER: 2009:162).

É importante ressaltar a enorme pluralidade de definições existentes acerca do tema, algo que explica, em parte, a necessidade da existência desta breve seção conceitual. Em diversos países, como no Brasil[§§§§§§§§§], a economia solidária tem "sensivelmente o mesmo senso da economia social francesa na medida em que ela reúne as mutualidades, as cooperativas e as associações e reivindica constituir uma economia alternativa[**********]" (DRAPERI, 2011:21).

Apesar de, no plano teórico, haver as duas concepções distintas brevemente expostas acima, não se observa, nos diferentes setores de atividades e territórios, oposição de princípios entre elas. Como elucida o acadêmico Rui Namorado (2012) no âmbito do Colóquio *Horizontes da Economia Social* realizado na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra em março deste ano, as abordagens que uma e outra refletem são próximas, os domínios porventura são coincidentes, além do que, as diferenças de raízes históricas, o diferente grau de impregnação normativa e as diferenças quanto ao modo como se articulam com o estado não têm impedido uma aproximação entre elas. Esta aproximação pode ter intensidades diferentes em cada país, mas a sua existência permite acreditar que elas podem somar-se em uma designação única que abranja os dois conjuntos: economia social e solidária

---

§§§§§§§§§ Paul Singer (secretário do estado da economia solidária no Brasil) construiu a sua definição de economia solidária a partir de abordagens européias de economia social (DRAPERI, 2011:21).

********** Traduzido livremente pela autora do original: "(...) sensiblement le même sens que l'économie sociale française en tant qu'elle rassemble les mutuelles, les coopératives et les associations et qu'elle revendique de constituer une économie alternative".

(NAMORADO, 2012) [††††††††††]. Portanto, o que se observa com alguma freqüência é a vontade de construção de uma concepção comum (DRAPERI, 2011: 23). Dessa maneira, assim como fizeram alguns dos autores cujos estudos foram fontes dessa revisão de literatura (Cf. Jordi Garcia Jané, 2009 e Jean-François Draperi, 2011), será adotada, devido à evidente complementaridade entre ambos, a fusão nominal dos conceitos de economia social e economia solidária. Portanto, a referência adotada é a do fenômeno de economia social e solidária, de forma que sejam incorporados simultaneamente o tradicional e o contemporâneo das iniciativas da economia social e as reflexões recentes, por vezes de cunho altamente crítico, da economia solidária.

Na verdade, o pesquisador Rui Namorado (2012) nos chama a atenção para o fato de que quer dentro da economia social quer dentro da economia solidária disputam a hegemonia duas leituras distintas. A primeira reflete uma visão conservadora que concebe a economia social e solidária como uma necessidade compensatória permanente de uma sociedade desigual, a encarando, dessa forma, como um setor residual, instrumentalizável para sempre condenado a sê-lo no seio de um sistema que se mantêm. Já a segunda foca-se para além do capitalismo e reflete uma visão transformadora que vê na economia social e solidária uma reciprocidade emancipatória que se inscreve no aprofundamento continuado da democracia. Esta concebe a economia solidária como germinação de um futuro ao inscrever-se no presente capitalista como a subalternidade que lhe resiste para se candidatar a superá-lo. De fato, conclui Rui Namorado, parece mais determinante saber se a visão adotada é conservadora ou transformadora do que optar entre economia social e economia solidária como designação escolhida (NAMORADO, 2012). O que se segue é, então, o desenvolvimento da adoção de uma visão transformadora de designação mista.

2.A economia social e solidária como um instrumento de transformação: um novo rumo é possível

"Enquanto o lucro e a eficiência do processo produtivo comandado pela capital podem ser quantificados (ou reduzidos ao quantificável), a qualidade de vida é essencialmente qualitativa, ainda que abrigue aspectos quantitativos. O capital economiza custos de trabalho e de acesso aos recursos naturais, degradando-os e extinguindo-os. Em função da reprodução ampliada da vida de todos, o trabalho auto-organizado economiza a natureza e zela por seu equilíbrio, reconhecendo os seres humanos como sujeitos necessitados, partes do ciclo natural, mais do que como Homo sapiens dominadores do meio ambiente situados em um 'lado de fora' social metafísico"(CORAGGIO, 2009: 126).

A idéia formulada ao longo dos anos 80 pela então primeira-ministra britânica Margaret Thatcher de que não existem alternativas aos sistemas de produção, distribuição, crédito e consumo capitalistas, teve um nível de aceitação provavelmente sem igual na história do capitalismo. Além disso, a derrota das lutas sociais nos países centrais nos anos 70, a queda do socialismo real na Europa central e a perversão de muitos regimes imperialistas na África e na Ásia fizeram com que os modelos anti e pós-capitalistas caíssem em total descrédito (JANÉ, 2009: 168).

> Com efeito, ao longo das duas últimas décadas do século XX, as elites políticas, econômicas e intelectuais conservadoras impulsionaram com tal agressividade e sucesso as políticas e o pensamento neoliberais que a idéia thatcheriana, segundo a qual 'não há alternativa' nenhuma ao capitalismo neoliberal, ganhou credibilidade, inclusive entre os círculos políticos e intelectuais progressistas. Desta forma, as décadas precedentes reavivaram a 'utopia do mercado auto-regulado' (Polanyi, 1957) que havia sido dominante no século XIX (SANTOS; RODRÍGUES, 2003: 21,22).

Esse processo levou a sociedade a uma dupla retomada: a da utopia do mercado auto-regulado e a do reducionismo estado-mercado, no qual a economia não monetária ocupa um lugar marginal (AROCENA, 2009: 11). No entanto, a falência do modelo logo se tornou evidente, principalmente através dos processos mundiais de degradação ambiental e de alastramento da pobreza extrema.

> Como observou Polanyi (1957: 03) com clareza, as instituições que encarnam a utopia do mercado auto-regulado não poderiam existir por muito tempo sem aniquilar o material humano e natural da sociedade porque teriam destruído fisicamente o homem e devastado o ambiente (apud. SANTOS, RODRÍGUES, 2008: 22).

Sendo assim, uma vez que a utopia liberal do mercado auto-regulado se mostrou uma grande quimera, a proposta de uma nova leitura da relação estado-mercado-sociedade se torna especialmente relevante (AROCENA, 2009:11). Para a elaboração desta nova leitura é importante notar que o mercado não é e nem deve ser sinônimo de capitalismo (SAVIO, 2008: 29). Porém, os mercados, deixados por si mesmos, são míopes e insensíveis às dimensões sociais e ambientais, incapazes, portanto, de elaborar projetos de longo prazo economicamente viáveis, dotados de um desenvolvimento socialmente inclusivo que respeite a natureza e o meio ambiente.

Como aponta Roberto Savio (2007), é provável que na história das idéias não se conheça um apogeu tão completo e um declínio tão rápido como o da teoria do livre mercado que também ficou conhecida, em sua versão cosmopolita, como globalização neoliberal (SAVIO, 2008: 17). Constata-se que a palavra globalização começa a surgir nos meios de comunicação somente após a queda do muro de Berlim (1989) e o mais interessante é que ela aparece como uma visão sem alternativas (Ibid.: 17). A idéia de globalização se desenvolve justamente no momento do fim do comunismo quando é formada uma *orgia de ilusões* (orgie d'illusions) que começa a se manifestar através da inconsistente teoria do fim da história citada anteriormente (Ibid.: 19).

Assim, a globalização não é resultado de um processo histórico natural, mas sim de uma visão econômica, cultural, política e social fundada sobre os princípios neoliberais. Tendo isso em conta, a sociedade civil engajada bem como a economia social e solidária rejeitam os valores fundamentais da globalização neoliberal: a legitimidade do lucro como último fim, a concorrência como elemento essencial das relações econômicas, o mercado como lei e deus e, por fim, mas não menos importante, o capital como o maior valor da sociedade, fazendo assim com que os seres humanos sejam encarados como simples elementos marginais da produção, no entanto, fatores essenciais do consumo (Ibid.: 30, 31).

Em oposição a isso, a idéia de que não existem alternativas possíveis se mostrou falsa e a proposta de uma globalização alternativa, ou seja, contra-hegemônica, ganha, então, finalmente espaço de ação para a busca de alternativas econômicas concretas que sejam simultaneamente viáveis e emancipatórias (Ibid.:22). As entidades da economia social e solidária podem

ser concebidas como uma destas alternativas econômicas concretas, uma vez que são espaços de aprendizagem transformadora nos quais são produzidos e disseminados valores contra-hegemônicos que contribuem largamente na formação de novos sujeitos emancipadores interessados na mudança social (JANÉ, 2009: 174).

Não obstante, apesar desta abertura de espaço de ação para a economia social e solidária, há um forte descompasso entre as oportunidades oferecidas pelo contexto atual e a realização de pesquisas na área. Como será mostrado a seguir, este descompasso pode ser entendido como o reflexo da enorme dificuldade da economia social e solidária de desenvolver um distanciamento das influências do sistema dominante atual e da globalização neoliberal.

2.1. Os desafios externos e internos: a importância do aprendizado com as experiências da área

Nunca se falou e produziu tanto a respeito de economia social. No entanto, também nunca se esteve tão longe da perspectiva de mudança social global anteriormente alvo de pesquisas que se aproximavam de uma abordagem normativa. Atualmente, as pesquisas normalmente se aproximam muito de abordagens analíticas que se pautam em indicadores da sociedade capitalista, algo que levou o teórico Jeans François Draperi (2011) a afirmar que esta é uma "pesquisa que se normaliza e que testemunha uma inserção crescente da economia social na economia capitalista" (DRAPERI, 2011: 16/17). Não obstante, há inúmeros teóricos, como ele, que estão propondo a retomada da reflexão teórica engajada, fazendo exaustivos estudos dotados de uma visão emancipadora, que estão imbuídos da crença de que um novo horizonte é possível.

Esse fato de incorporação da perspectiva capitalista às pesquisas da área, mesmo que sob o ponto de vista de uma abordagem comparativa, não é nada mais que um reflexo do processo empírico recorrente de integração de iniciativas da economia social e solidária à economia capitalista (DRAPERI, 2011). É importante notar que as iniciativas solidárias muitas vezes oscilam entre períodos em que se aproximam mais dos valores solidários e democráticos e períodos em que se aproximam mais do individualismo e do culto a competição. Muitas vezes até, as empresas que nasceram com cunho

solidário acabam por se adaptar totalmente ao capitalismo e deixam de ser solidárias (SINGER, 2003: 73).

Isso acontece porque "ninguém consegue escapar inteiramente ao espírito da época ou *Zeitgeist*, em alemão" (SINGER, 2003: 73). Um caso que ilustra bem este fenômeno de oscilação é o dos *kibbutzim* que são comunidades cooperativas formadas em 1910 por imigrantes russos e da Europa Oriental. Ao longo de algumas décadas estes exerceram os valores solidários, socializando os meios de produção e de consumo. No entanto, a partir de 1980 muitos deles foram altamente influenciados pelo neoliberalismo e ampliaram assim abruptamente o número de assalariados, bem como introduziram o dinheiro em suas relações (SINGER, 2003: 73).

2.1.1.O caso de Mondragon: cooperação ou inserção?

Outro caso ilustrativo, que deve ser referido com algum cuidado, é o do complexo cooperativo de Mondragón. Este caso é duplamente interessante pois representa uma referência de grande sucesso de uma iniciativa pautada nos princípios do cooperativismo, mas também pode ser o exemplo da ocorrência de um 'desvirtuamento' de alguns dos princípios originários do projeto, reflexo da grande influência exercida pela economia dominante capitalista sob a experiência.

O complexo cooperativo de Mondragón é uma iniciativa do País Basco, região espanhola, que teve início em 1956 através da criação, por 5 pessoas, de uma cooperativa industrial. O desenvolvimento desta iniciativa obteve tal sucesso que o complexo se transformou, segundo dados de 2007 apresentados por Jordi Garcia Jané (2009), no primeiro grupo empresarial basco e no sétimo do estado espanhol. O complexo cooperativo era formado neste ano por 260 empresas, entre elas cooperativas e filiais que não o são, localizadas não só na Espanha, que empregava ao todo mais de 103.000 pessoas (JANÉ, 2008: 187). Ou seja, o complexo cooperativo de Mondragón é uma iniciativa de larga escala bem sucedida que merecidamente obteve grande reconhecimento ao redor do mundo, sendo considerado pela ONU um dos 50 melhores projetos sociais do mundo (Ibid.: 187).

No entanto, Paul Singer nos alerta para a proximidade entre as empresa cooperativas e as empresa capitalistas (todas inseridas em uma economia capitalista) e os possíveis problemas que isso pode causar.

> (...) também, não está na hora de dizer: descobrimos como fazer o paraíso na terra, podemos descansar. Há problemas. Um é que nós estamos numa economia capitalista e o modelo da cooperativa, no fundo, é de empresa capitalista: exceto na parte de igualdade e democracia. Mas, o modelo tecnológico, o ter que se tornar competitivo, tudo isso é inevitável e não poderia ser diferente. Mondragón, por exemplo, produz cozinhas industriais, fogões e geladeiras. Como é que se consegue colocar um fogão e uma geladeira de boa qualidade a preço competitivo, a não ser olhando o que as empresas capitalistas americanas, japonesas etc. estão fazendo? (SINGER, 2000: 157)

Ressalta-se ainda que, além dos desafios externos referentes ao sistema-mundo no qual estas iniciativas estão inseridas, como a competitividade para uma inserção com êxito no mercado, elas enfrentam também desafios internos. Entre eles, está a perda da força da autogestão devido principalmente a falta de interesse dos próprios membros de esforçarem-se em direção a gestão coletiva (LAVILLE, GAIGER, 2009). Um dos grande problemas do complexo de Mondragón é justamente o fato de que, não obstante o seu grande sucesso obtido através de gerências altamente competentes, grande parte dos trabalhadores perderam o interesse em realizar concretamente a sua participação democrática (SINGER, 2000: 149). É esse o resultado de duas pesquisas importantes realizadas a respeito do clima social no complexo, que abordaram temas como a participação dos trabalhadores na gestão das empresas cooperativas de Mondragón. Uma delas foi feita ao longo dos anos 90 pelo pesquisador Afonso Morales (apud JANÉ, 2008: 187/188) que apresentou os dados de que 35% dos entrevistados considerava que os princípios cooperativos não se cumpriam e 45% que os trabalhadores não participavam, ou participam pouco na gestão. A outra, feita por uma pesquisadora americana chamada Sharryn Kasmir (apud SINGER, 2000: 158), é dotada de um caráter comparativo entre uma cooperativa e uma empresa capitalista, ambas localizadas na área de Mondragón. Uma das conclusões a que chega é que a adesão aos princípios cooperativos é muito mais presente nos quadros gerenciais das cooperativas, pois aproximadamente metade dos trabalhadores declaravam que não tinham nenhum interesse no cooperativismo e

consideravam estar ali igual a estar em uma empresa capitalista, exceto pelos bons salários e pela inexistência do desemprego.

Assim, como conseqüência do interesse cada vez menor dos participantes do complexo, as assembléias gerais das empresas cooperativas são muitas vezes assistidas apenas por 30% dos sócios (JANÉ, 2008: 187), um índice absolutamente baixo para uma entidade cooperativa que tem como um de seus princípios fundamentais a participação democrática. Não obstante, pelo que indica a literatura, esse fato parece ser algo extremamente recorrente no âmbito da economia social e solidária como um todo.

Além do desinteresse crescente dos trabalhadores no que diz respeito aos princípios cooperativistas, o complexo cooperativo de Mondragón apresenta um número cada vez maior de empregados assalariados, portanto cada vez menor de associados. Em 1990, 80% dos trabalhadores eram sócios, enquanto que em 2005 só 38% eram. A hierarquia também vem crescendo, algo que pode ser comprovado pela diferença cada vez maior dos salários entre os trabalhadores[‡‡‡‡‡‡‡‡‡‡] (JANÉ, 2009: 187).

A percepção destas constatações clarificadas acima foi, provavelmente, o que levou Paul Singer (2000) a declarar: "eu não vou dizer que Mondragón deixou de ser cooperativa. Ela ainda mantém formalmente todos os princípios, mas os vive gradativamente menos, pelo que se sabe – quero ser muito cauteloso nisso..." (SINGER, 2000: 148). Apesar de seu nítido receio de falar sobre o tema, Paul Singer não foi o único que deixou transparecer a sua opinião a respeito dos desvios do complexo em relação a alguns princípios do cooperativismo. Um dos cinco criadores e ex-presidente do Conselho Geral do Complexo Cooperativo de Mondragón, José Maria Ormaechea, também expôs o seu ponto de vista a respeito do tema no ano de 2005 em um seminário intitulado "O cooperativismo de Mondragón perante os desafios da globalização[§§§§§§§§§§]" (JANÉ, 2008: 188).

[‡‡‡‡‡‡‡‡‡‡] Ainda que, seja importante dizer que "os estatutos de Mondragón impedem que as cooperativas e os grupos façam modificações nas suas estruturas contrárias aos princípios cooperativos" (DOS SANTOS; RODRÍGUES, 2003: 34).

[§§§§§§§§§§] Traduzido livremente pela autora do original: "El cooperativismo de Mondragón ante los retos de la globalización".

É desnecessário, e além disso, impossível, fazer um diagnóstico do que o futuro reservará para o cooperativismo de Mondragón. Sobretudo, é difícil prever o seu destino fixando nos tempos. Passaram-se cinqüenta anos e este ainda goza de boa saúde. Os seus 12000 milhões de euros de vendas anuais e os seus 72000 trabalhadores confirmam isso ao obterem 550 milhões de euros de excedentes em 2005. Porém, o que se pode afirmar é que cada ano o Grupo é menos cooperativo. O que será quando chegue a um século de existência, dentro de outros cinqüenta anos, entra na evanescência e na especulação. E, sem embargo, pode-se aventurar a hipótese de que no ano de 2055, no conjunto de empresas que então existiam, o cooperativismo e a sociedade de pessoas serão reconhecidos como um vestígio honrável (apud. 2008: 188)**********.

A clarificação do processo de descooperativização que atingiu o complexo de Mondragón é extremamente elucidativa e didática para aqueles que pretendem estabelecer a economia social e solidária como uma alternativa viável ao capitalismo. Este é um exemplo de uma experiência da economia social e solidária que se deu no seio do capitalismo, algo que, como foi mostrado, impactou muito o desenvolvimento do complexo. Ao longo dos anos, houve um processo gradual de modificação dos caminhos adotados no momento de sua formação. Mesmo assim, se o complexo cooperativo de Mondragón não deve mais ser adotado como a grande experiência de sucesso na área, ele deve ser estudado como um caso empírico que oferece elementos de julgamento importantes para avaliar e desenvolver outras experiências.

3.As oportunidades em tempos de crise

É desejável que a organização social do mundo evolua no sentido de uma maior liberdade, de uma maior igualdade, de uma fraternidade mais sistemática, de modo a que a civilização atual se humanize, conquistando uma atmosfera de solidariedade e de criatividade que permita a superação dos grandes flagelos que assombram as sociedades

**********Traduzido livremente de: "Es innecesario, y además imposible, hacer un diagnóstico de lo que el futuro deparará al cooperativismo de Mondragón. Sobre todo, es difícil prever su destino fijando los tiempos. Han pasado cincuenta años y aún goza de buena salud. Sus 12.000 millones de euros de ventas anuales y sus 72000 trabajadores lo confirman al obtener 550 millones de euros de excedentes en 2005. Pero lo que sí se puede afirmar es que cada año el Grupo es menos cooperativo. Lo que será cuando llegue el siglo de existencia, dentro de otros cincuenta años, entra en la evanescencia de la especulación. Y, sin embargo, se puede aventurar la hipótesis de que en el año 2055, en el conjunto de empresas que entonces existan, el cooperativismo y la sociedad de personas serán reconocidos como un vestigio honorable".

atuais, entre os quais destaco a guerra, a fome, o analfabetismo e a ileteracia, como reflexos e fatores da exclusão social (NAMORADO, 2001: 07/08).

A precariedade referente ao momento atual é generalizada. Recentemente, tem atingido também os países centrais que estão crescentemente polarizados socialmente (JANÉ, 2009: 167). Conforme elucidam os autores Jean-Louis Laville e Jordi Garcia Jané (2009), como se não bastasse a dupla crise econômica (da economia financeira e da economia produtiva), o mundo vive atualmente também outras crises: uma energética, uma alimentar nos países do sul e uma ecológica planetária que por sua vez limita muito as possíveis saídas para as demais (LAVILLE; JANÉ, 2009: 13). A constatação destas múltiplas manifestações de estados de crise justifica a visão, aqui compartilhada, de que elas são dimensões de uma única grande crise do sistema-mundo moderno (JANÉ, 2009: 167): a crise sistêmica do capitalismo.

> O mundo entra em uma profunda crise. Ainda que os dirigentes políticos e econômicos pretendam restringir suas causas a irresponsabilidade de um punhado de políticos imprudentes que levantaram pirâmides financeiras de barro; por mais que pretendam convercer-nos de a solução já está em andamento e que consiste em dar vários bilhões de euros e dólares aos bancos e em lançar vagas exortações para melhorar o controle sobre os mesmos, o certo é que se trata de uma crise estrutural do sistema capitalista, da qual, por hora, não se vislumbra como sair (LAVILLE; JANÉ, 2009: 13)[††††††††††].

De fato, a política de investimento que não tem outro objetivo senão a reconstituição do modelo de consumo capitalista deve ser entendida como o esforço contínuo e desmedido de uma ideologia moribunda tentando prolongar a vida de um modelo que, esgotado, tornou-se auto-destrutivo (STIEGLER, 2010: 05). Assim, um dos grandes problemas do nosso tempo é que, "os atores políticos e econômicos não vêem outras alternativas para solucionar a pobreza

[††††††††††] Traduzido livremente de: "El mundo se adentra en una profunda crisis. Aunque los dirigentes políticos y económicos pretendan ceñir su causas a la irresponsabilidad de un punãdo de temerarios ejecutivos que levantaron pirámides financieras de barro; por más que pretendan convencernos de que la solución ya está en marcha y que consiste en regalar varios billones de euros y de dólares a los bancos y en lanzar vagas exhortaciones a mejorar los controles sobre los mismo, lo cierto es que se trata de una crisis estructural del sistema capitalista, de la que por ahora no se atisba cómo salir".

consumo‡‡‡‡‡‡‡‡‡‡‡‡" (DRAPERI, 2011: 01).

A atual crise sistêmica alargou ainda mais o espectro já antes existente da necessidade de superarmos o complexo político econômico do consumismo, o pilar do capitalismo, e caminharmos em direção a um novo tipo de investimento econômico. Este investimento deve ser político e social, além de levar em conta o desejo comum de partilhar os benefícios gerados pela vida econômica da sociedade (Ibid.: 06). A economia social e solidária, que apresenta uma "perspectiva de sociedade aonde o bem comum exerce um papel transcendente devido ao seu caráter essencial no desenvolvimento humano durável" (SAVIO, 2008: 28) e tem como alguns de seus princípios a reciprocidade e a partilha, surge, então, como uma ferramenta essencial, senão como fundamento, para o desenvolvimento desta nova maneira de investimento econômico.

A economia social e solidária se caracteriza justamente pela subordinação da economia a finalidade de promover, de maneira sustentável, as bases materiais para o desenvolvimento social e ambiental dos seres humanos, concretizando, assim, uma nova maneira de realizar o investimento econômico. Portanto, esta economia visa produzir bens e serviços, não para contribuir com a economia das coisas inúteis, mas sim para satisfazer as necessidades humanas fundamentais. Trata-se de retomar o conceito clássico de economia, palavra que tem origem na conjunção das palavras gregas *oikos*, que significa casa, e *gnomos*, que significa conhecimento e cuidado, formando juntas a expressão 'cuidado da casa' que expressa a finalidade da economia: promover os cuidados necessários para a satisfação das necessidades básicas contribuindo, dessa forma, para o bem-estar dos seres humanos (JANÉ, 2009: 196).

Sendo assim, é importante dizer que a economia social e solidária têm ao menos um século e meio de história na busca de outra forma de organização da sociedade humana, descentrando-a da busca incessante pelo lucro individual e do endeusamento do mercado (ou, por vezes, de sua mão invisível) na busca de

‡‡‡‡‡‡‡‡‡‡‡ Traduzido livremente pela autora do original: "[...] Les acteurs politiques et économiques ne voient d'autres alternatives pour résoudre la pauvreté et développer l'emploi que de faire croître l'activité économique et relancer la consommation".

situar o ser humano no centro do processo social. É claro, no entanto, que esta história de busca, como todas as outras que já existiram, não está livre de contradições, mas apesar destas, a trajetória da economia social e solidária demonstra que ela oferece respostas reais aos impasses que pretende superar o que faz com que ela chegue com força e energia renovada no início deste século (AROCENA, 2006: 09).

Já na segunda metade do século XIX Robert Owen propunha na Inglaterra reformas que incluíam o estabelecimento de colônias coletivas para tirar da miséria trabalhadores que tinham sido atingidos pela crise econômica que se seguiu as guerras napoleônicas (CRUZ, DOS SANTOS, 2011: 57). Na França, as cooperativas agrícolas também nasceram em momentos de crise: na reconstrução do pós-guerra e nas crises vinícolas do final do século XIX, início do século XX (MANGIN, 2012). Apesar da natureza destas crises serem de ordem radicalmente distinta da que vivemos atualmente, todas se caracterizam pela dificuldade econômica largamente difundida entre as populações. Isso nos leva a uma dupla conclusão: as crises incitam à aproximação, à partilha e à solidariedade e a proposta de usar a economia social e solidária como instrumento de combate a crise não é algo novo.

> E meio às crises, por sua vez, num efeito contra-cíclico (e com repercussões anti-cíclicas, sob muitos aspectos), contraditoriamente, a economia solidária avança em número de iniciativas, em diversidade e complexidade e em auto-conhecimento sobre a sua dinâmica, seus problemas, seus limites e suas possibilidades (CRUZ, DOS SANTOS, 2011: 57).

Portanto, o que se propõe aqui é que o momento econômico mundial atual pode facilitar e abrir o caminho para a expansão das experiências da economia social e solidária. Porém, não se trata de dizer que são as *constrições do mercado* que levam a estas iniciativas. Os sujeitos afetados pela crise poderiam optar por outras saídas de sobrevivência, como o pequeno empreendimento individual precário ou até atividades no mercado informal e ilícito. É, no entanto, a tomada de consciência e a apropriação de valores não capitalistas, frutos de um processo histórico, que fazem com que cada vez mais indivíduos enxerguem e concebam a economia social e solidária como um caminho potencialmente emancipatório (Ibid.: 70).

Esse processo de tomada de consciência ocorre na medida em que as pessoas não estiverem motivadas somente pela busca de emprego ou pela melhora de suas condições materiais de vida, mas também por uma preferência ideológica (mesmo que muitas vezes pouco elaborada) formada pela vontade de não trabalhar apenas por dinheiro, de não depender de um patrão (e nem querer exercer o papel dele), de sentir-se útil na sociedade, entre outras (JANÉ, 2009: 184). É a busca pelo alargamento das "esferas em que o intercâmbio se baseia na reciprocidade e não nos ganhos monetários" ou da diminuição da "dependência das pessoas em relação ao trabalho assalariado, de tal forma que não seja necessário 'perder a vida para ganhar a vida'" (SANTOS, RODRÍGUES, 2003: 25).

Apesar da configuração crescente de pessoas que engajam-se com a economia social e solidária através de motivações conscientes como as acima referidas, nas épocas em que é relativamente fácil encontrar empregos em grandes corporações ou na administração pública (como de meados dos anos 90 até a crise de 2008) a saída mais recorrentemente usada pelos jovens que visam emancipar-se são estes empregos tradicionais que eles concebem como mais seguros. Deste ponto de vista, a recente crise faz com que as oportunidades deste caminho se fechem, abrindo, assim, espaço para que eles possam voltar as suas atenções para as vantagens desta outra forma de manifestação econômica que é a economia social e solidária (JANÉ, 2009: 182).

Essas vantagens são notáveis uma vez que as cooperativas e outras formas de manifestação da economia social e solidária não têm como preocupação apenas a remuneração monetária, mas também a busca pela criação de formas de sociabilidade solidária que incorpora valores como a cidadania e a democracia participativa. Isso é fundamental para que cada vez mais a divisão presente na sociedade contemporânea entre a democracia política, por um lado, e o despotismo econômico, por outro, seja eliminada (SANTOS, RODRÍGUES, 2003: 32). O alargamento do campo de ação da democracia do campo político para o econômico contribui decisivamente para

apagar "a separação artificial entre política e economia que o capitalismo e a economia liberal estabeleceram"[§§§§§§§§§§§] (Ibid.: 59).

3.1. Empresas recuperadas e autogestionárias: os exemplos da Argentina e do Brasil

As empresas recuperadas podem ser tidas como um bom exemplo de uma das iniciativas da economia social e solidária que tem grande potencial de sucesso em tempos de crise, momento em que muitas empresas convencionais declaram estado de falência. Quando isso acontece "as atividades da empresa" podem ser reiniciadas "por seus trabalhadores com base no trabalho cooperativo de gestão autônoma e democrática". As empresas recuperadas são concebidas simultaneamente como uma forma de reação à crise e como elaboração de uma proposta alternativa aos sistemas de produção, distribuição e consumo típicos do sistema capitalista.

Neste sentido, o caso argentino é muito interessante de ser analisado, uma vez que o país viveu uma grande crise econômica entre o final dos anos 90 e o início dos anos 2000. Em janeiro de 2002, foi derrocada na Argentina a lei da convertibilidade, fazendo com que fosse estabelecido o câmbio flutuante, o que levou ao agravamento da situação, já dramática, no país. Devido a estes fatos, as empresas recuperadas ali tiveram o seu auge entre os anos de 2000 e 2002, momento em que muitas delas declararam estado de falência (FAJN, 2011: 193). Isso possibilita a realização de uma análise deste fenômeno e das lições aprendidas com ele que podem ser produtivas para o estímulo destas iniciativas na presente crise sistêmica mundial.

Na Argentina, as empresas recuperadas foram resultado de uma estratégia defensiva por parte dos trabalhadores que lutaram e se organizaram emergencialmente para preservarem os seus empregos. Para que tal estratégia fosse bem sucedida foi necessário o processo de recomposição da capacidade produtiva das fábricas, processo que na maioria das vezes se desenvolveu de maneira muito penosa, devido à falta de aprendizagem formal, bem como de experiências práticas dos trabalhadores a respeito de práticas auto-

[§§§§§§§§§§§] Como ressalta o pesquisador Rui Namorado, a economia social apresenta uma sinergia com a democracia, sendo esta um elemento estruturante e qualificante da primeira (NAMORADO, 2012).

gestionárias (FAJN, 2011). Este processo é concebido como essencial para que ocorra a consolidação econômica da empresa e esta possa continuar funcionando.

> A reconstrução do espaço organizacional, balizada por uma perspectiva auto-gestionária, abalou as relações capital-trabalho, que são hierarquizadas ao extremo, nas quais prevalecem a obediência e a submissão. Essa desestruturação favoreceu uma apropriação coletiva dos saberes gerenciais, bem como o estabelecimento de processos democráticos de tomada de decisões na empresa, tendo em vista haver, nessa forma diferenciada de gerir, a prática de assembléias (FAJN, 2011: 195).

Embora haja a introdução ao longo deste processo de práticas auto-gestionárias e da democracia participativa, o pesquisador Gabriel Fajn (2011) chama atenção para o fato de que nestas empresas recuperadas não foram observadas modificações em relação à organização do processo de trabalho, algo que se relaciona com a "conservação dos modos de relação dos trabalhadores com as máquinas e equipamentos tecnológicos e as matérias a serem transformadas" (FAJN, 2011: 196). Não obstante, essa situação pode prejudicar muito o próprio desenvolvimento das práticas auto-gestionárias e da democracia participativa.

Esta constrição e outras estão diretamente relacionadas a inserção destas experiências, em condição de subalternidade, no sistema capitalista. Se elas não se adaptarem para lidar com a maneira como as atividades econômicas de produção, distribuição e consumo se desenvolvem no capitalismo, estão condicionadas ao fracasso. Isso não quer dizer que elas têm que funcionar como as empresas capitalistas, mas elas têm que coexistir em condição de subalternidade com estas e com o sistema como um todo.

> Como fenômeno em transição, as empresas recuperadas significam um espaço organizacional contraditório, visto serem produtoras de mercadorias e necessariamente permutarem seus bens e serviços no mercado. Estão sujeitas às irracionalidades e às oscilações, sendo a desvalorização cambial um bom exemplo. Participam da livre concorrência, cujas regras estão definidas pelas empresas privadas dominantes, logo, seu funcionamento encontra-se determinado pelas leis de valorização do capital (VIEITEZ E DAL RI, 2001).

Nesse sentido, as restrições impostas pelo sistema ocasionam sensíveis limitações de autonomia (FAJN, 2011: 196/197).

Apesar destas limitações, estas experiências constituem "de forma embrionárias e assistemática" (FAJN, 2011: 197) um grande avanço no que diz respeito a articulação de movimentos sociais com práticas relacionadas a economia social e solidária. Além disso, representam a viabilidade empírica da intercooperação, tão citada como elemento fundamental para o sucesso de iniciativas da economia social e solidária por diversos autores (Cf. Jordi Garcia Jané, 2009; Boaventura de Sousa Santos e César Rodrígues, 2003; Paul Singer, 2007). Ainda que em pequena-escala, as primeiras empresas recuperadas serviram de base para a formação de novas empresas, "transmitindo experiência e ajuda econômica às novas fábricas". Como ressalta o pesquisador Rui Namorado (2012), é grande a importância da integração e da intercooperação na economia social e solidária, pois só assim haverá a consistência e a coesão necessária para que ela se estabeleça de fato como uma alternativa possível. As empresas recuperadas argentinas são, enfim, a "'caixa de ferramentas' de estratégias disponíveis de luta contra o sistema" (FAJN, 2011: 197).

Além da experiência argentina, as empresas recuperadas brasileiras, chamadas pelo pesquisador ativista Paul Singer (2003) de empresas auto-gestionárias, também têm muito a contribuir para o tema. A economia solidária das empresas auto-gestionárias surge no Brasil, assim como na Argentina, também como resposta a uma grande crise. De 1981 a 1983 o país viveu uma importante crise que resultou no fechamento de diversas empresas, sendo que algumas delas foram transformadas pelos trabalhadores em cooperativas[**********]. Estas iniciativas foram todas desenvolvidas através da forte mobilização ativista e da intervenção dos sindicatos das respectivas categorias perante a justiça visando a formação de uma associação dos empregados das empresas em vias de desaparecimento (SINGER, 2003: 74).

[**********] Entre elas está a Wallig (Porto Alegre), a Cooperminas (Santa Catarina) e as cooperativas que operam as fábricas da Tecelagem Parahyba (Recife e São José dos Campos). (SINGER, 2003: 74).

Não obstante a tão citada desarticulação entre os movimentos sociais no Brasil[††††††††††††], há uma forte integração entre o sindicalismo e a economia social e solidária no país[‡‡‡‡‡‡‡‡‡‡‡‡], algo que pode ser constatado pelo fato de que "o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo – hoje (2000), do ABC – já transformou 11 empresas capitalistas, que faliram ou estavam em vias de falência, em cooperativas. Quer dizer, o próprio sindicato está incubando cooperativas" (SINGER, 2000: 155), contribuindo, assim, para a expansão das empresas auto-gestionárias no país.

> Por surpreendente que seja, a grande maioria das tentativas de transformar firmas meio ou inteiramente falidas em empresas solidárias tem tido sucesso. Ele se explica em primeiro lugar pelo sacrifício feito pelos cooperadores, que se dispõem a trabalhar durante meses por ganhos mínimos, algumas vezes apenas em troca de cestas básicas (conjunto padronizado de alimentos que deve suprir as necessidades essenciais de uma família por determinado período). Mas também pela enorme dedicação e amor ao trabalho não mais alienado, do que resultam aumentos inesperados de produtividade e grande redução de perdas e desperdícios. E finalmente pelo aprendizado por parte dos novos administradores das técnicas e manhas da gestão de comprar e vender, de receber e dar crédito, de inovar produtos e processos e de tecer relações solidárias com outras autogestões (SINGER, 2003: 77).

Algumas das questões essenciais para a expansão deste tipo de empresa auto-gestionária são nomeadamente a formação de quadros de gestão solidários[§§§§§§§§§§§§§], o acesso ao crédito (um dos principais problemas da economia social e solidária no Brasil segundo Paul Singer – 2007 é justamente a falta de crédito), o desenvolvimento dos princípios de solidariedade nos trabalhadores (sendo a democracia participativa de especial relevância), além

---

[††††††††††††] No que diz respeito a articulação de movimentos sociais em geral, evidencia-se a necessidade do desenvolvimento da vertente cultural e da ligação com movimentos sociais, uma vez que nenhuma forma de existência social consegue se desenvolver a longo prazo sem que a correspondência se dê não só no plano material, mas também na consciência coletiva que deve se converter em sentido comum (JANÉ, 2009:191).

[‡‡‡‡‡‡‡‡‡‡‡‡‡] A este propósito, Paul Singer (2005), apresenta os dados de que 59,5% das empresas solidárias participam dos movimentos sociais e popular e 27,4% dos sindicados (SINGER, 2005: 61).

[§§§§§§§§§§§§§] Para tal, o Brasil conta, em âmbito nacional, com o forte apoio da ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária), formada no âmbito do 1º Encontro dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (SINGER, 2003: 76).

do desenvolvimento de incentivos à participação do maior número possível de trabalhadores na iniciativa.

Para os trabalhadores, fazer a opção de apostar em um projeto de recuperação de uma empresa em estado de falência é de certo uma decisão muito difícil. Para isso, eles precisam abrir mão dos seus créditos trabalhistas em troca de cotas de capital da nova empresa. Como ressalta Paul Singer (20003), há diversos fatores envolvidos na decisão dos trabalhadores de assumirem o risco de se apossar da nova empresa ou de preferirem procurar um emprego assalariado aos moldes dos que eles tinham anteriormente: "o seu grau de coesão e confiança mútua, o apoio externo ao projeto auto-gestionário, a maior ou menor probabilidade de encontrar outro emprego com remuneração e condições de trabalho satisfatórias, etc." (SINGER, 2003: 76). É principalmente no que diz respeito a este último ponto que o momento de crise torna-se ideal para o desenvolvimento de iniciativas da economia social e solidária. Na falta de opções de outros empregos, os trabalhadores são com maior facilidade atraídos para as iniciativas solidárias, além do que, desempenham com maior força de vontade a execução das tarefas que, no caso das empresas auto-gestionárias recuperadas, visam impulsionar a empresa para a sua recuperação total. Assim, através de uma oportunidade gerada pela crise, espera-se que seja generalizada entre os trabalhadores a tomada de consciência das vantagens "de passar da condição de assalariados subalternos a sócios com plenos direitos de participação nas decisões" (SINGER, 2003: 86).

4.Conclusão

A afirmação fundamental do pensamento crítico consiste na asserção de que a realidade não se reduz ao que existe. A realidade é um campo de possibilidade em que têm cabimento alternativas que foram marginalizadas ou que nem sequer foram tentadas [...]. Neste sentido, a função das práticas e do pensamento emancipadores consiste em ampliar o espectro do possível através da experimentação e da reflexão acerca de alternativas que representem formas de sociedades mais justas. Ao apontar para além daquilo que existe, as referidas formas de pensamento e de prática põem em causa a separação entre realidade e utopia e formulam alternativas que são suficientemente utópicas para implicarem um desafio ao status quo e suficientemente reais para não serem facilmente descartadas por serem inviáveis (SANTOS, RODRÍGUES, 2003: 23).

O que presenciamos no momento atual são transformações graduais, ainda que estas sejam fundamentais nas condições de vida de quem nelas participa, que criam espaços onde predominam a solidariedade dentro ou nas margens do sistema capitalista (SANTOS, RODRÍGUES, 2003: 61). Apesar de muitos alegarem que esta condição de subalternidade da economia social e solidária é sinônimo de derrota, esta é, na verdade, uma pré-condição para que a área eleve-se à condição de socialmente emancipada **********. O caminho é necessariamente este: é preciso converter as iniciativas da economia social e solidária "hoje em referência e amanhã em alternativas" (JANÉ, 2009: 190) concretas.

Assim demonstram as lições que a economia social e solidária aprendeu com as empresas recuperadas e autogestionárias do Brasil e da Argentina e do Complexo Cooperativo de Mondragón. O fato de elas serem caracterizadas como referências não faz com que elas devam ser adotadas como modelos rígidos. Estas experiências devem ser norteadoras para novas experiências, tanto no que diz respeito ao que deu certo, como ao que não deu. Assim, elas possibilitam que sejam reproduzidos os seus sucessos e evitados os seus erros e falências.

É grande a probabilidade de que esta crise nos conduzirá a um mundo pior do que tínhamos anteriormente. No entanto, há uma possibilidade de se evitar esta catástrofe, e é nela que devemos focar as nossas atenções. É evidente, no entanto, como aponta Jordi Garcia Jané (2009), que nenhuma crise gera alternativas emancipadoras por si mesma (2009: 168-169). O que faz a crise é abrir espaço de ação para a economia social e solidária. A construção de outra economia mais do que necessária, é possível – agora mais do que nunca. Se as instituições da economia social e solidária são mais democráticas, mais ecológicas e mais eficientes que as capitalistas, a proposta de vivermos em um mundo pautado nos princípios desta economia torna-se difícil de combater (JANÉ, 2009: 175).

********** O conceito de emancipação social aqui adotado é o definido por Antonio David Cattani: "o conceito de emancipação social designa o processo ideológico e histórico de libertação por parte de comunidades políticas ou de grupos sociais da dependência, tutela e dominação nas esferas econômicas, sociais e culturais. Emancipar-se significa livrar-se do poder exercido por outros, conquistando, ao mesmo tempo, a plena capacidade civil e cidadã no Estado democrático de direito. Emancipar-se denota ainda aceder à maioridade de consciência, entendendo-se, por isso, a capacidade de conhecer e reconhecer as normas sociais e morais independentemente de critérios externos impostos ou equivocadamente apresentados como naturais" (CATTANI, 2011: 175).

O futuro desejável é aquele em que a cooperação e outras formas de solidariedade prevaleçam como elementos estruturantes da vida política, econômica e social dos seres humanos, fazendo com que estes sejam menos focados em seu individualismo egoísta e sejam capazes de transcender e agrupar esforços rumo a um sistema de vida que não esteja embasado nos princípios utilitaristas de maximização dos lucros em prol de um bem individual, mas sim em princípios como a reciprocidade e a igualdade.

* Artigo orientado pelo professor Doutor Rui Namorado no âmbito do programa de Pós Graduação em Economia Social da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

** Isabella Lamas é Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Pós-Graduada em Economia Social pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Atualmente é Doutoranda em Relações Internacionais no programa Política Internacional e Resolução de Conflitos do Centro de Estudos Sociais e da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Bibliografia

AROCENA, José (2009), Prefacio in LAVILLE, Jean-Louis e JANÉ, Jordi Garcia (2009), *Crisis capitalista y economía solidaria: una economía que emerge como alternativa real*, Barcelona, Icaria Editorial.

CATTANI, Antonio David (2011), Emancipação Social in CATTANI, António David e outros (2009), Dicionário internacional da outra economia, Coimbra, Edições Almedina/CES.

CORAGGIO, José Luis (2011), *Economia do trabalho* in CATTANI, António David e outros (2009), Dicionário internacional da outra economia, Coimbra, Edições Almedina/CES.

CRUZ, Antônio e DOS SANTOS, Aline Mendonça (2011), *A economia solidária e as novas utopias: Permanências e rupturas no movimento histórico do associativismo econômico* in HESPANHA, Pedro e DOS SANTOS, Aline Mendonça (Orgs.), *Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas*, Coimbra, Almedina.

DEFOURNY, Jacques (2011), *Economia social* in CATTANI, António David e outros (2009), Dicionário internacional da outra economia, Coimbra, Edições Almedina/CES.

DRAPERI, Jean-François (2011), *L'économie sociale et solidaire : une réponse à la crise?* Paris, Dunod.

FAJN, Gabriel (2011), *Empresas Recuperadas* in CATTANI, António David e outros (2009), Dicionário internacional da outra economia, Coimbra, Edições Almedina/CES.

JANÉ, Jordi Gárcia (2009), *La economía solidaria ante un mundo en crisis* in LAVILLE, Jean-Louis e JANÉ, Jordi Garcia (2009), *Crisis capitalista y economía solidaria : una economía que emerge como alternativa real*, Barcelona, Icaria Editorial.

JEANTET, Thierry (2008), *L'économie sociale: une alternative au capitalisme,* Paris, Económica.

LAVILLE, Jean-Louis e JANÉ, Jordi Garcia (2009), *Introduccíon* in LAVILLE, Jean-Louis e Jordi GARCIA JANÉ (2009), *Crisis capitalista y economía solidaria: una economía que emerge como alternativa real*, Barcelona, Icaria Editorial.

LAVILLE, Jean-Louis e GAIGER, Luiz Inácio (2011), *Economia Solidária* in CATTANI, António David e outros (2009), Dicionário internacional da outra economia, Coimbra, Edições Almedina/CES.

MANGIN, Philippe (2012), *Cooperativas – um modelo anticrise* in Courrier Internacional número 194, Portugal, Impresa Publishing, Abril 2012.

NAMORADO, Rui (2001), *Horizonte Cooperativo*, Almedina, Coimbra.

_____. (2012), *A Economia Social como Horizonte* in *Colóquio Horizontes da Economia Social*, Coimbra, FEUC [áudio gravado].

SANTOS, Boaventura de Souza e RODRÍGUES, César (2003), *Introdução: para ampliar o cânone da produção* in SANTOS, Boaventura de Sousa [org] (2003), *Produzir para viver : os caminhos da produção não capitalista*, Porto, Edições Afrontamento.

SAVIO, Roberto (2007), *L'economie sociale face à la globalisation* in JEANTET, Thierry e POULNOT, Jean-Philippe (2007), *L'économie sociale : une alternative planétaire,* Paris, Éditions Charles Léopold Mayer.

SINGER, PAUL (2000), *Economia dos setores populares: propostas e desafios* in KRAYCHETE, Gabriel e outros [org.] (2000), *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*, Petrópolis, Editora Vozes.

_____. (2003), *A recente ressurreição da economia solidária no Brasil* in SANTOS, Boaventura de Sousa [org.] (2003), *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*, Porto, Edições Afrontamento.

_____. (2007), *L'économie sociale et solidaire au Brésil* in JEANTET, Thierry e POULNOT, Jean-Philippe (2007), *L'économie sociale : une alternative planétaire,* Paris, Éditions Charles Léopold Mayer.

STIEGLER, Bernard (2010), *For a new critique of political economy*, Cambridge, Polity Press.